

## ATA DA DÉCIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA AMAPÁ PREVIDÊNCIA – COFISPREV DO ANO 2025.

Aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco, através de videoconferência pelo google.meet, às quinze horas e onze minutos, teve início a décima reunião ordinária do Conselho Fiscal da Amapá Previdência – COFISPREV, coordenada pelo Presidente, senhor Narson de Sá Galeno, o qual cumprimentou os conselheiros. Com a palavra à secretária, senhora Josilene de Souza Rodrigues, efetuou a leitura do **ITEM 01– Edital de Convocação** número trinta, o qual convocou os Conselheiros para fazerem-se presentes nesta sessão. **Verificação de quórum.** Foram chamados nominalmente os Conselheiros na seguinte ordem: **Narson de Sá Galeno (Titular), Jorge Emanuel Amanajás Cardoso (Titular), Arnaldo Santos Filho (Suplente), Marcos Garbe (Titular), Helielson do Amaral Machado (Titular), Elionai Dias da Paixão (Titular), Adriene Ribeiro Benjamin Pinheiro (Titular), Jurandil dos Santos Juarez (Titular).** **Justificativa de ausência.** O Conselheiro Alberto Samuel Alcolumbre Tobelem justificou sua ausência. **ITEM 02 – Apreciação das Atas: 2.1. Ata da 9ª Reunião Ordinária de 2025, realizada no dia 23/09/2025; 2.2. Ata da 17ª Reunião Extraordinária de 2025, realizada no dia 26/09/2025; 2.3. Ata da 18ª Reunião Extraordinária de 2025, realizada no dia 30/09/2025.** Os arquivos foram enviados previamente para leitura e eventuais correções. Em seguida, o Presidente colocou as Atas em votação. O Conselheiro Arnaldo solicitou formalmente que fosse registrado seu impedimento/abstenção quanto à discussão e votação das atas de reuniões anteriores, justificando não ter participado dessas sessões. O pedido foi acatado pelos demais Conselheiros. **Na sequência, foram aprovadas, por maioria de votos, as Atas da 9ª Reunião Ordinária de 2025 e das 17ª e 18ª Reuniões Extraordinárias de 2025. ITEM 03 - Apresentação e apreciação do relatório das análises do Processo nº 2025.140.1001980PA - Balancete Contábil do mês de janeiro de 2025. (Relator Conselheiro Elionai Dias da Paixão).** O relator iniciou dando boas-vindas a todos. Destacou que darão início ao exame do nosso Balancete de Verificação Contábil referente ao mês de janeiro de 2025. Por se tratar do primeiro balancete do ano, fez algumas observações e um detalhamento um pouco diferenciado, trazendo abordagens e comentários específicos. Ao longo da apresentação, os conselheiros que desejarem fazer algum adendo ou ponderação podem se manifestar a qualquer momento, não sendo necessário aguardar o término da exposição, já que iriam destrinchar a peça de forma contínua. O processo possui 227 páginas e, portanto, é inviável abordar exaustivamente todos os seus itens. Quanto à metodologia, selecionou alguns pontos para análise mais detalhada nesta manifestação técnica. É importante destacar que outros aspectos poderão ser aprofundados nos meses seguintes, sem qualquer prejuízo. O volume de contas patrimoniais é bastante extenso e, por isso, nem tudo poderia ser esgotado em uma única reunião. Assim, não há problema se determinadas questões não forem observadas em janeiro e vierem a ser tratadas em fevereiro, março ou em outro mês. À medida que realizam a leitura técnica, elegem os tópicos que são viáveis e relevantes para apreciação no momento. Caso tentassem analisar tudo simultaneamente, correriam o risco de prejudicar a clareza e a conclusividade da análise. Em seguida realizou a leitura do relatório das análises: **1 – Breve Relato.** O Balancete de Verificação referente ao mês de janeiro de 2025 foi encaminhado ao COFISPREV em 17 de outubro de 2025, pelo Gabinete da Presidência da Amapá Previdência, por meio do Ofício nº 130204.0077.1547.1087/2025 – GABINETE/AMPREV. O envio atende ao disposto no Art. 105 da Lei nº 4.320/64 (Anexo XIV), na Lei nº 9.717/98 e na Portaria MPS nº 1.467/2022. O documento foi devidamente recebido, tendo sido instaurado o processo para análise e encaminhamento à relatoria. Consta que o relatório contábil enviado ao TCE, sob o Protocolo nº 011927/2025 (página 266), ainda que em sua versão prévia, foi encaminhado no dia 16 de outubro de 2025. 2.



**FUNDAMENTAÇÃO.** Com base na Lei Estadual nº 0915/2005, art. 107, c/c o art. 2º, I, do Regimento Interno do COFISPREV, compete ao Conselho analisar e emitir parecer sobre os demonstrativos e peças contábeis que evidenciam os recursos destinados ao RPPS/AP e seus respectivos aspectos patrimoniais. Deve, ainda, observar a conformidade dessas informações com a NBC TSP – Estrutura Conceitual, de 23 de setembro de 2016, que trata da elaboração e divulgação de informações contábeis de propósito geral pelas entidades do setor público; com a NBC TSP 07, de 22 de setembro de 2017, referente aos ativos imobilizados (reconhecimento, depreciação e perdas por redução ao valor recuperável); e, igualmente, com as orientações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). **3. METODOLOGIA.** O relatório limita-se ao BALANCETE DE VERIFICAÇÃO e aos demonstrativos, bem como aos respectivos anexos constantes do Processo nº 2025.140.1001980PA, referentes ao mês de janeiro de 2025. A análise considera, em especial, os valores iniciais estabelecidos na LOA, em razão da abertura do exercício; a variação decorrente da movimentação dos saldos patrimoniais; e a observância das normas técnicas contábeis aplicáveis à escrituração geral (frente aos fatos geradores), conforme evidenciado no relatório contábil. **4. DO OBJETO DE ANÁLISE.** O Balancete de Verificação referente ao mês de janeiro de 2025, da Amapá Previdência – AMPREV, apresentado a este Conselho, está instruído em processo composto por 267 páginas, contendo: 1 - Balanço financeiro – (04 páginas); 2 - Balancete de verificação - (21 páginas); 3 - Demonstrativos orçamentários - (14 páginas); Anexo 10 - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada; Anexo 11 - Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada – Empenhada; Anexo 11 - Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada – Paga; 4 - Notas explicativas - (7 páginas); 5 – Anexos/extratos - (221 páginas). **5. DEMONSTRATIVOS ORÇAMENTÁRIOS.** Sobre as previsões da receita e fixação da despesa para 2025: O Conselho Estadual de Previdência aprovou o orçamento da receita e da despesa para o exercício de 2025, com base nos valores apresentados pela Assessoria de Planejamento/ASPLAN, subsidiados pela Diretoria Financeira e Atuarial/DIFAT. A deliberação ocorreu na 9ª Reunião Ordinária de 2024, resultando no valor expresso em R\$ 1.968.441.729,00 (um bilhão novecentos e sessenta e oito milhões quatrocentos e quarenta e um mil setecentos e vinte e nove reais), de acordo a Resolução nº 11 de 2024 – CEP/AP de 10 de setembro de 2024. Observando os saldos orçamentários a partir da LOA - Lei n. 3.176 de 13 de janeiro de 2025 e os registros no sistema de controle, evidenciados conforme tabela 1 constante no relatório. Detalhando a previsão inicial da receita, constante no orçamento, observa-se que o instituto espera arrecadar em 2025: 603.846.014,00 – Contribuições (desconto servidores); 726.752.964,00 – Receita patrimonial (rendimentos); 176.034.042,00 – Outras receitas não previstas/compensações; 461.638.712,00 – Patronal (GEA, poderes e órgãos); 338.539.880,00 – Patronal civil (PP/PF); 60.106.048,00 – Patronal militar; 48.592.784,00 – Parcelamento militar (PP/PF); 14.400.000,00 – Demais receitas financeiras; 170.000,00 – Receita de Capital. As despesas fixadas para o exercício se apresentam na tabela 2 apresentado no relatório. O orçamento da despesa apresenta os créditos distribuídos em três unidades gestoras: duas vinculadas ao pagamento de aposentadorias e pensões, conforme o respectivo plano — previdenciário ou financeiro — e uma terceira destinada especificamente ao custeio das atividades da AMPREV. 013204 - AMAPÁ PREVIDÊNCIA R\$ 42.788.628,00; 013205 - AMAPÁ PREVIDÊNCIA PLANO FINANCEIRO R\$ 1.063.274.126,00; 013206 - AMAPÁ PREVIDÊNCIA PLANO PREVIDENCIÁRIO R\$ 870.539.378,00. O montante da despesa autorizada deve refletir o valor das receitas previstas, em observância aos princípios orçamentários aplicáveis. Nesse sentido, de acordo com os relatórios disponibilizados e consolidados nas Tabelas 1 e 2, verifica-se que: Receita prevista de R\$ 1.968.441.732,00 (um bilhão novecentos e setenta e seis milhões seiscentos e dois mil centos e trinta e dois reais) e despesa total de R\$ 1.976.602.132,00 (um bilhão novecentos e setenta e seis milhões seiscentos e dois mil cento e trinta e dois reais). A diferença observada entre a despesa fixada e as receitas previstas, conforme disposto na LOA 2025, é de R\$ 8.160.400,00 (oito milhões cento e sessenta mil quatrocentos reais), assim detalhado: Em análise aos valores submetidos à apreciação do Conselho Estadual de Previdência, temos: ORÇAMENTO



DA DESPESA APROVADO CEP: UG 13204 APROVADO CEP R\$ 40.288.625 LOA R\$ 42.788.628, DIFERENÇA R\$ 2.500.003; UG 13205 APROVADO CEP R\$ 1.058.599.126 LOA R\$ 1.063.274.126, DIFERENÇA R\$ 4.675.000,; UG 13206 APROVADO CEP R\$ 869.553.978 LOA R\$ 870.539.378, DIFERENÇA R\$ 985.400; SOMA: APROVADO CEP R\$ 1.968.441.729 LOA R\$ 1.976.602.132, DIFERENÇA R\$ 8.160.403. De acordo com os relatórios da ASPLAN, os valores acrescidos nas unidades gestoras relacionadas ao planos financeiro e do plano previdenciário correspondem aos *Proventos de Grau Hierárquico Superior dos militares reformados em virtude de acidente em serviço ou doença grave, nos termos do artigo 112, da Lei 8.113/2014*, tal incremento está evidenciado na Lei n. 3.176 de 13 de Janeiro de 2025 - LOA, com destaque para as ações 2205 - Obrigações estatutárias com segurados e beneficiários militares do plano financeiro e 2206 - obrigações estatutárias com segurados e beneficiários militares do plano previdenciário (págs. 101/102 da lei e 9/10 da complementação ao balancete juntado aos autos). Já a diferença presente na UG 13204, que concentra a gestão administrativa da AMPREV, decorre dos encargos relativos à *pensão especial aos ex-integrantes da extinta Guarda Territorial*, instituída pela Lei nº 1.278/2008, destacada na LOA 2025, através da Ação 2381 (pág. 100). Ressalta-se, ainda, os valores alocados e aprovados para fins de custeio, consolidados na UG 13204. A denominada “taxa de administração” deve obedecer ao regramento legal vigente, que estabelece: “*As despesas administrativas do Regime Próprio de Previdência Social do Estado não poderão exceder, anualmente, a 2% (dois por cento) da remuneração de contribuição de todos os servidores ativos vinculados, com base no exercício anterior*”. (Art. 108 da Lei Estadual nº 915/2005). Observa-se, ainda, o que preconiza a Portaria MTP nº 1.467, de 02 junho de 2022, que, entre outras normas, disciplina: “*A taxa de administração deve ser corretamente dimensionada, de forma a impossibilitar que sejam utilizados, para administração do RPPS, recursos das contribuições destinadas à cobertura dos benefícios do plano*”. (Art. 53, § 3º). Assim o montante para custeio da AMPREV foi calculado e apresentado ao Conselho Estadual de Previdência, nos seguintes termos: “*Considerando que o valor estimado - aplicado sobre o somatório da base de cálculo das contribuições dos servidores - para o exercício de 2025 é de R\$ 2.877.758.942,78 (dois bilhões, oitocentos e setenta e sete milhões setecentos e cinquenta e oito mil novecentos e quarenta e dois reais e setenta e oito centavos), o limite máximo permissível corresponde a R\$ 57.555.178,86 (cinquenta e sete milhões, quinhentos e cinquenta e cinco mil centos e setenta e oito reais e oitenta e seis centavos)*.” A Diretoria Executiva fixou a despesa administrativa para 2025 em R\$ 40.288.625,00 (quarenta milhões duzentos e oitenta e oito mil seiscentos e vinte e cinco reais), correspondente a 1,4 p.p. A diferença entre o aprovado pelo CEP/AMPREV e o constante nos demonstrativos da execução orçamentária (anexo 11 da lei 4320), trazidos ao conselho no fechamento janeiro/2025, refere-se a despesa com a extinta guarda territorial mantida pelo GEA, na ordem de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões quinhentos mil reais), já detalhado anteriormente, além de valor residual (3,00) encontrado na ação 2390 - INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA comparado ao aprovado na Resolução. UG 13204 APROVADO CEP R\$ 40.288.625 LOA R\$ 42.788.628, DIFERENÇA R\$ 2.500.003. Observa-se na tabela 02, que a fixação de despesa em 2025 é composta da seguinte forma: 2,16% para amapá previdência, 53,79% para amapá previdência plano financeiro e 44,04 % Amapá previdência plano previdenciário. 6 . BALANCETE FINANCEIRO: Os dados da movimentação orçamentária relacionam a receita do período, no valor de R\$ 162.112.713,42 (cento e sessenta e dois milhões, cento e doze mil, setecentos e treze reais e quarenta e dois centavos), à despesa realizada, no montante de R\$ 63.219.339,65 (sessenta e três milhões, duzentos e dezenove mil, trezentos e trinta e nove reais e sessenta e cinco centavos), o que corresponde a aproximadamente 39% dos recursos arrecadados. Nota-se também que os ingressos (tabela 03) totalizam R\$ 8.476.932.498,53 (oito bilhões quatrocentos e setenta e seis milhões novecentos e trinta e dois mil quatrocentos e noventa e oito reais e cinquenta e três centavos) e os desembolsos (tabela 04) R\$ 8.476.866.285,17 (oito bilhões quatrocentos e setenta e seis milhões oitocentos e sessenta e seis mil duzentos e oitenta e cinco reais e dezessete



centavos), gerando um desajuste no Balanço Financeiro de R\$ 66.213,36 (sessenta e seis mil duzentos e treze reais e trinta e seis centavos), valor identificado no balancete de verificação, em movimentação na conta “000816 - 2.3.7.1.1.02 - SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES” pág. 17. **7. DA ANÁLISE DOS DEMONSTRATIVOS PATRIMONIAIS.** Dos saldos apresentados nos grupos das contas constantes no Balancete Contábil de janeiro de 2025: O mês de janeiro apresenta um Ativo Total de R\$ 12.778.618.331,02 (doze bilhões setecentos e setenta e oito milhões seiscentos e dezoito mil trezentos e trinta e um reais e dois centavos) e um Passivo e Patrimônio Líquido no montante de R\$ 12.638. 596.647,47 (doze bilhões seiscentos e trinta e oito milhões quinhentos e noventa e seis mil seiscentos e quarenta e sete reais e quarenta e sete centavos). O saldo das operações é positivo para o período, resultando em R\$ 140.021.683,55 (cento e quarenta milhões vinte e um mil seiscentos e oitenta e três reais e cinquenta e cinco centavos). Nota-se que a política de aplicação dos recursos manteve-se praticamente inalterada. No mês anterior, o Ativo Circulante representava 79,8% do total, passando para 81,76% ao final de janeiro. Já o Ativo Não Circulante, que anteriormente correspondia a 20,2%, apresentou um leve decréscimo de 0,08% no período. Quanto à verificação dos saldos das disponibilidades em comparação com os extratos bancários apresentados, observa-se que os valores registrados no balancete contábil divergem dos saldos informados nas respectivas contas, conforme demonstrado no quadro constante no relatório. Os valores que constam “em conciliação” foram observados em 2024, ocasião em que foram encaminhadas diligências durante o período. Segundo a DIFAT/DICON, as razões, justificativas e as medidas adotadas para correção e/ou ajuste dos respectivos saldos do ativo disponível, encontram-se detalhadas no Processo nº 2024.261.501000PA e em outros autos apensados. A recomendação para que, no tempo hábil, a DIFAT conclua e apresente os procedimentos necessários ao ajuste e à adequada evidenciação dos ativos financeiros, conforme já apontado anteriormente. No mês de janeiro, a conta *Demais Créditos e Valores a Curto Prazo* representa 17,57% do ativo, com variação “para mais” de 24% em comparação com dezembro de 2024. Os investimentos de curto prazo correspondem a 64,31% do ativo e com montante mantido com variação mínima em relação ao mês anterior. A Demonstração de Variação Patrimonial em janeiro de 2025 é a diferença entre as variações aumentativas e diminutivas do período, conforme:  $DVP = 204.048.431,88 - 64.026.748,33 = 140.021.683,55$ ; A Demonstração de Variação Patrimonial apresenta o valor que mantém o equilíbrio entre o ativo e o passivo demonstrado no balancete. (Tabela 6). O resultado econômico do período, evidenciado pela diferença entre as receitas orçamentárias arrecadadas e a despesa liquidada, resulta R\$ 98.893.373,77 (noventa e oito milhões oitocentos e noventa e três mil trezentos e setenta e três reais e setenta e sete centavos). **8. DAS OBSERVAÇÕES DAS NOTAS EXPLICATIVAS:** Notas complementares trazidas com balancete de verificação ref. janeiro/2025. **DOS FATOS CONTÁBEIS OCORRIDOS NO EXERCÍCIO DE 2025.** Os valores de previsão de recebimentos de parcelas dos termos de acordo devolução AMPREV, foram devidamente baixados do longo para serem inscritos no curto prazo, sendo: - *Conta DEVOLUÇÃO DE VALORES PARA AMPREV PAGOS INDEVIDAMENTE -AGORD DE MATOS PINTO* o valor de R\$ 6.970,32; - *Conta DEVOLUÇÃO DE VALORES PARA AMPREV PAGOS INDEVIDAMENTE – FLORIPES DA SILVA AMARAL AMERICO* o valor de R\$ 2.492,16; - *Conta DEVOLUÇÃO DE VALORES PARA AMPREV PAGOS INDEVIDAMENTE – MARIA ALVANÉIA DAS NEVES ROSA BRITO* o valor de R\$ 4.067,16; - *Conta DEVOLUÇÃO DE VALORES PARA AMPREV PAGOS INDEVIDAMENTE – SAMUEL SOUZA NERY* o valor de R\$ 5.249,28; - *Conta DEVOLUÇÃO DE VALORES PARA AMPREV PAGOS INDEVIDAMENTE – JULIANE DA CONCEIÇÃO MACIEL PINTO* o valor de R\$ 3.229,08; - *Conta DEVOLUÇÃO DE VALORES PARA AMPREV PAGOS INDEVIDAMENTE – JAMILE GAZEL YARED LIMA* o valor de R\$ 3.014,35; - *Conta DEVOLUÇÃO DE VALORES PARA AMPREV PAGOS INDEVIDAMENTE – ERNANE SOARES FERREIRA* o valor de R\$ 12.941,76; - *Conta DEVOLUÇÃO DE VALORES PARA AMPREV PAGOS INDEVIDAMENTE - CARLOS ALBERTO WANDERLEY DA SILVA* o valor de 2.408,52. **CONCILIAÇÃO BANCÁRIA:** Foi incluído em conciliação



bancária da conta contábil nº 3676 – Banco do Brasil AMPREV - Arrecadação (PP) - 6524-2 o valor de R\$ 835,96 (oitocentos e trinta e cinco reais e noventa e seis centavos), referente ao “Aviso de Débito” ocorrido no extrato bancário em 28/01/2025. Conforme acordado em tratativas anteriores e autorizado pela Presidência de nosso instituto de Previdência Estadual, foram realizados os lançamentos de baixa das taxas administrativas referentes às seguintes carteiras de investimentos seguintes: *B. BRASIL AMPREV – C/C (CARTEIRA TÍTULOS PÚBLICOS) (PF) - 6813-6 C. Contábil 4898; 02/12/2024 R\$ 26.909,13 – AVISO DE DÉBITO (TAXA ADM 12/2024); CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - APLICAÇÃO - 877-7 (PP) C. Contábil: 4130; 06/12/2024 R\$ 39.304,23 (TAXA ADMINISTRAÇÃO CARTEIRA PP 877 dezembro 2024)*. Vale ressaltar que todos os lançamentos seguiram o entendimento exposto no pedido de autorização enviado à nossa Diretoria Financeira Atuarial, tanto no que se refere aos lançamentos referentes ao exercício anterior quanto àqueles oriundos do exercício corrente. Ressalta-se que, ainda, que os valores foram alocados em conciliação nas seguintes contas: *B. BRASIL AMPREV - CONTA CORRENTE (CARTEIRA TÍTULOS PÚBLICOS) (PF) - 6813-6 C. Contábil 4898; - 02/01/2025 R\$ 29.262,62 AVISO DE DÉBITO (TAXA ADM 12/2024); CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - APLICAÇÃO - 877-7 (PP) C. Contábil: 4130; - 08/01/2025 R\$ 43.275,99 (TAXA ADMINISTRAÇÃO CARTEIRA PP 877 dezembro 2024)*. Os valores registrados nas contas contábeis 4898 e 4130 referem-se às taxas de administração das duas carteiras de investimentos do nosso RPPS, mencionadas anteriormente, correspondentes à competência do mês anterior ao fechamento deste exercício contábil. Estes valores deverão ser baixados no mês subsequente. **ESTOQUE:** Foi executada a rotina de lançamentos de entrada e saída do estoque contábil da instituição, onde os mesmos estão de acordo para o fechamento do mês contábil de janeiro de 2025. **INVESTIMENTOS:** Informamos que as movimentações pertinentes aos investimentos encontram-se disponíveis no “RELATÓRIO MENSAL DOS INVESTIMENTOS” através do link <https://amprev.ap.gov.br/uploads/setores/CIAP/DIM/Demonstrativo%20de%20investimentos/Relat%C3%B3rios%202025/Relatorio%20Mensal%20dos%20Investimento%2001%20-%20Janeiro%202025%20-%20Assinado%20DIM%20e%20DIFAT.pdf>. **TAXAS ADMINISTRATIVAS DAS CARTEIRAS DE INVESTIMENTOS:** Realizamos a análise de todos os lançamentos manuais responsáveis pelas baixas de conciliação das taxas administrativas das carteiras de investimentos da Amapá Previdência – AMPREV, assegurando a correta distinção entre os lançamentos referentes a exercícios anteriores e aqueles correspondentes ao exercício corrente. **PATRIMÔNIO:** Os valores oriundos das depreciações dos móveis do nosso imobilizado referente ao nosso patrimônio, sofrem depreciação contábil mensal, conforme estabelecido pela comissão de inventário da época, em observância à legislação vigente. Tal comissão determinou a metodologia de depreciação a ser aplicada na contabilidade do imobilizado da Amapá Previdência – AMPREV. Ressalta-se que todos os lançamentos mensais foram analisados em cada conta, constatando-se que estão conformes com as determinações previamente estabelecidas. Juntam-se aos autos todos os extratos bancários, produtos e fundos de investimentos pertencentes à carteira da Amapá Previdência – AMPREV, referentes ao mês de janeiro de 2025. Não há mais itens relevantes a serem pontuados e expostos em notas explicativas, em caso de reconhecimento de quaisquer considerações, os mesmos serão demonstrados no Demonstrativo Contábil do fechamento do Exercício 2025 (BALANÇO GERAL 2025). Não há, neste momento, outros itens relevantes a serem destacados em notas explicativas. Caso surjam considerações adicionais, estas serão devidamente evidenciadas no Demonstrativo Contábil do Fechamento do Exercício 2025 (Balanço Geral 2025). **9. CONSIDERAÇÕES:** Diante do que foi detalhado, podemos destacar: O balancete formalmente fechado; As informações de receita e despesa em consonância com a LOA; Créditos orçamentários em conformidade com o aprovado pela resolução/CEP E as observações quanto: a) *Valores em conciliação contábil (diferença) e os extratos bancários e os seus respectivos encaminhamentos apresentados ao COFISPREV;* b) *Revisão dos lançamentos relativos a ajustes ou superávits de exercícios anteriores e seus reflexos no Balanço Financeiro/anexo 13 e demais.* **10.**



**MANIFESTAÇÃO:** Com base nas considerações exaradas e conforme regimento interno do Conselho Fiscal da Amapá Previdência – COFISPREV, concluo pela conformidade do BALANCETE CONTÁBIL REFERENTE JANEIRO/2025, com as recomendações observadas (item 09), com sua remessa para ciência da Diretoria Executiva e o respectivo encaminhamento do processo para o Conselho Estadual de Previdência. O Presidente colocou para manifestação e votação dos demais. **O Conselheiro Arnaldo manifestou-se** da seguinte forma: mais uma vez parabenizou o conselheiro Elionai pela apresentação, sempre muito clara e bem fundamentada. As relatorias do conselheiro, de fato, cumprem um papel importante ao traduzir aquilo que o Conselho observa em diferentes áreas de atuação. Cada campo possui sua própria relatoria, mas percebemos que a análise dos balancetes e do balanço contábil acaba esclarecendo muitas das dúvidas que surgem no nosso dia a dia. Entende que estão aqui analisando a conformidade do balancete e dos balanços apresentados, e devem fazê-lo sob essa perspectiva. Nesse sentido, acompanhou integralmente o voto do relator. A apresentação foi tecnicamente correta e não há qualquer questionamento a ser feito. Restando apenas agradecer pelos esclarecimentos e pelo aprendizado proporcionado. **O Conselheiro Jurandil destacou** que vem hoje, com toda tranquilidade, reiterar, como já fez em outras oportunidades, que contamos com um conselheiro extremamente competente na área contábil, o que nos dá plena segurança no momento de votar. Acompanhou o voto do relator sem qualquer ressalva, mas não poderia deixar de destacar que ele sempre esclarece, com precisão, todas as dúvidas que eventualmente possam surgir. Por isso, senhor presidente, votou com absoluta tranquilidade com o conselheiro relator, renovando as homenagens que ele sempre mereceu. **A Conselheira Adrilene parabenizou** também o conselheiro Elionai. Sempre elogiou a didática com que ele apresenta esses conteúdos, pois não é simples compreendê-los, trata-se de uma área altamente técnica. Costuma dizer que a parte contábil é uma das mais complexas, e ainda assim ele consegue demonstrar com clareza onde está cada movimentação: o que entrou, o que saiu, o que ficou de saldo positivo e o que não está batendo. Ele nos mostra como analisar, corrigir, verificar e tirar dúvidas sobre o que ocorreu, e deixa tudo isso muito claro, e isso passa tranquilidade para acompanhar o voto, como ressaltou o conselheiro Jurandil. Realmente se sente muito segura. Assim, acompanhou na íntegra o voto, com as suas devidas ressalvas, e agradeceu mais uma vez pela excelente aula. **O Conselheiro Helielson** declarou seu voto amparado na análise do Conselheiro Elionai. Destacou que, por se tratar do primeiro balancete do ano, não seria o caso de uma crítica mais rigorosa neste momento. Contudo, ressaltou que, a partir do balancete referente ao mês de fevereiro, será necessário verificar se ele apresenta todas as informações que não puderam ser visualizadas no balancete de janeiro, garantindo assim a continuidade entre os documentos mensais. Enfatizou que suas considerações não dizem respeito ao relatório elaborado pelo Conselheiro Elionai, o qual considerou perfeito diante do material disponibilizado, observando que o relator não pode extrapolar o conteúdo efetivamente apresentado. Dessa forma, acompanhou o voto do relator, registrando a ressalva de que, no balancete de fevereiro, deverá ser verificada a inclusão das informações pendentes, de forma clara e integrada. **O Conselheiro Jorge** iniciou enaltecendo a didática na apresentação do relatório. Parabenizou o conselheiro Elionai pelo trabalho realizado e pela forma clara e objetiva com que expõe as informações, facilitando a compreensão. Diante disso, acompanhou na íntegra o voto do relator. **O Conselheiro Marcos** iniciou parabenizando o conselheiro Elionai pelo trabalho técnico realizado. Destacou que a análise do balancete foi apresentada de forma bastante clara e detalhada, afirmando que o conselheiro praticamente realizou um exame semelhante a uma auditoria nos demonstrativos contábeis. Ao final, votou acompanhando o relator, inclusive quanto às recomendações por ele apresentadas. **O Presidente Narson acompanhou** o relator na íntegra. **Deliberação: Aprovado por unanimidade de votos o relatório/voto da Análise Técnica nº 055/2025- COFISPREV/AMPREV – que trata do Processo nº 2025.140.1001980PA - Balancete Contábil do mês de janeiro de 2025, relatado pelo Conselheiro Elionai Dias da Paixão.** Anexar a Análise Técnica nos autos e encaminhar para o Conselho Estadual de Previdência. **ITEM 04 – Comunicação dos Conselheiros.**



Não houve **ITEM 05 – O que ocorrer**. Próxima agenda de reunião será dia 12 de novembro de 2025, tendo como pauta o balancete contábil do mês fevereiro de 2025. E nada mais havendo a tratar, o senhor o Presidente do COFISPREV encerrou a reunião às dezessete horas e dois minutos, agradecendo a presença de todos. A ata foi redigida por mim, Josilene de Souza Rodrigues, Secretária, e será assinada pelos Conselheiros e Conselheira presentes. Macapá - AP, 30 de outubro de 2025.

Narson de Sá Galeno

**Conselheiro Titular/Presidente do COFISPREV**

Adriene Ribeiro Benjamin Pinheiro

**Conselheira Titular/Vice-Presidente do COFISPREV**

Elionai Dias da Paixão

**Conselheiro Titular**

Jorge Emanuel Amanajás Cardoso

**Conselheiro Titular**

Arnaldo Santos Filho

**Conselheiro Suplente**

Jurandil dos Santos Juarez

**Conselheiro Titular**

Marcos Garbe

**Conselheiro Titular**

Helielson do Amaral Machado

**Conselheiro Titular**

Josilene de Souza Rodrigues

**Secretária**

